



Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes

Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, 442 - CEP 95280-000 - Rio Grande do Sul - (54) 3234-1100

Justificativa Projeto de Lei Municipal nº 030

Plano Plurianual 2018/2021

O Poder Executivo submete a apreciação desta respeitável Câmara Municipal o Projeto de Lei que institui o PLANO PLURIANUAL do Município de São José dos Ausentes, para o quadriênio 2018 – 2021, nos termos do artigo 165, inciso I e §1º, da Constituição da República.

A Constituição Federal determina a União, aos Estados e Municípios a elaboração de Planos Plurianuais, constituído de diretrizes gerais, conjunto de objetivos e metas da área pública para investimentos, programas de duração continuadas e diretrizes orçamentarias, metas e prioridades da área pública para orientar a formação dos orçamentos anuais, objetivando maior integração entre o planejamento de médio prazo e a elaboração e execução dos orçamentos anuais.

A disciplina legal encontra-se, além da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 2829, de 29 de outubro de 1998 e na Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e na Lei Orgânica Municipal. Essa normatização visa à modernização da Administração Pública, conduzindo-a a integrar planejamento e orçamento com melhor gerenciamento, orientando-a para o atendimento de metas efetivamente esperadas com absoluta transparência.

O plano plurianual é a ferramenta de gestão que busca alinhar a visão estratégica, pelo estabelecimento de objetivos, a partir da identificação dos problemas a enfrentar, da elaboração de programas que deverão ser implementados, pelas respectivas e diferentes ações dos mesmos, com a identificação dos produtos que se espera sejam resultantes, tudo sido gerado pelo controle de indicadores de metas. As despesas de capital que se constituem nos investimentos da administração pública, estão demonstradas em seus programas, objetivos e ações. Definindo-se os objetivos e ações com metas fiscais e financeiras que se constituirão em prioridades de cada exercício na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), sendo que os recursos necessários para cada ação serão estabelecidos na Lei Orçamentaria Anual (LOA).

O PPA consiste num plano de médio prazo, estabelece as diretrizes, objetivos, metas a serem seguidos pelos governos, conforme explica Santos (2010,pg.22)

O PPA define as estratégias, diretrizes e metas do governo para o médio prazo. Não se trata apenas de propor ações a serem implementadas em dado período, mas sim instituir um plano de ação que partindo de um planejamento estratégico, discrimine os objetivos do governo a serem perseguidos durante o mandato do chefe do poder executivo, estabeleça os programas setoriais a serem implementados e defina as fonte de financiamento e as metodologias de elaboração, gestão, avaliação e revisão de programas.